

INCLUA



Plataforma de recursos pró-equidade em políticas públicas

Diferença entre igualdade e equidade

- <https://youtu.be/KDIDrB000ck>

INCLUA

inclua.ipea.gov.br



A INCLUA é uma plataforma virtual que oferece ferramentas de diagnóstico e recursos para **identificação e mitigação de potenciais riscos** de reprodução de desigualdades sociais em processos **cotidianos** de execução de políticas públicas.

Seu objetivo é incidir na formação e na mobilização de agentes públicos(as) que trabalham na implementação de políticas públicas sobre a necessidade de refletir sobre as experiências dos(as) cidadãos(as) – especialmente dos segmentos vulnerabilizados da população – no acesso e no usufruto dos benefícios e dos serviços públicos.

Espera-se que o uso da Plataforma **capacite esses(as) profissionais para conduzir processos de autorreflexão e avaliação** sobre riscos de tratamento desigual, seletividade, imposição de barreiras de acesso, cargas administrativas, discriminação e estigmatização nas interações entre as políticas públicas (seus processos e agentes) e os(as) usuários(as)/beneficiários(as).



Fonte:
GMEB/EAP (GDF)

Desigualdades e políticas públicas nas interações cotidianas – Alguns exemplos

Vieses de algoritmos – ex.: erros frequentes no reconhecimento facial de pessoas negras e trans.

“De novo: homem negro é preso nos EUA após falha de reconhecimento facial”
(TILT- 07/09/2020 16h30)



Acesso e manutenção de benefícios e serviços sociais – saúde, assistência e educação.



Artigo 19 – jun. 2019



Pesquisas do Ipea sobre o tema – últimos 5 anos



Revelam um conjunto de mecanismos que explicam como processos cotidianos de execução das políticas públicas podem engendrar riscos de reprodução de desigualdades.

Mecanismos e riscos

Desequilíbrios de poder, representação institucional e falhas de conectividade

Instrumentação seletiva e dispositivos de fixação de sentidos

Resistências e divergências – entre as prescrições formais e a ação local

Classificações e julgamentos no acesso a bens e serviços públicos

Regulação moral nas interações em torno da manutenção/ exclusão do apoio público

Efeitos sociais da implementação:

- materiais
- simbólicos

Desigualdades e políticas públicas nas interações cotidianas

O caso da pandemia da Covid-19 para discutir discriminação, estigma, desigualdade e privilégios a determinados grupos

A rápida disseminação da nova pandemia de coronavírus teve grave impacto nas vidas das pessoas em todo o mundo e a pandemia **agravou a situação de grupos sociais mais vulneráveis** e revelou desigualdades e problemas estruturais em várias áreas da vida social, econômica, civil e política a que muitas vezes se manifestam em um acesso precário a cuidados, principalmente a testes e tratamento, e suscetibilidade a infecções e doenças graves (Nações Unidas, 2020b; Nações Unidas, 2020a).

Na urgência de responder a uma pandemia que pegou o mundo de surpresa, os valores fundamentais da saúde pública de equidade e justiça social foram negligenciados e desconsiderados (Afifi et al., 2020).

Desigualdades e políticas públicas nas interações cotidianas

Uma abordagem baseada nos Direitos Humanos

- Envolve a integração dos princípios de Direitos Humanos na resposta à pandemia de COVID-19;
- Conta com as melhores evidências disponíveis para informar a tomada de decisões;
- Promove colaboração para garantir o direcionamento equitativo dos recursos necessários para uma resposta eficaz.

Quais seriam as implicações do direito à saúde para indivíduos e grupos específicos na pandemia de COVID-19 no Brasil e globalmente, convocando os Estados a seguir no cumprimento de seus deveres e obrigações na proteção aos Direitos Humanos?

Desigualdades e políticas públicas nas interações cotidianas

Uma abordagem baseada nos Direitos Humanos

Para abordar as implicações do direito à saúde baseado nos Direitos Humanos devem ser consideradas as seguintes questões-chave:

→ **Estigma e Discriminação** - As pessoas diagnosticadas com COVID-19 são afetadas por estigma e discriminação. Grupos estigmatizados têm **maior risco de serem submetidos à violência física, rejeição ou exclusão social** e, possivelmente, tenham seus direitos à saúde, educação, moradia ou emprego negados.

→ **Gênero e desigualdades sociais** - As **desigualdades sociais e de gênero pré-existentes são agravadas pela pandemia;**

→ **Necessidades especiais de populações vulneráveis** - Grupos vulneráveis, como idosos e pessoas com doenças crônicas, profissionais de saúde da linha de frente, refugiados, migrantes e prisioneiros, estão expostos a maiores riscos à saúde com o COVID-19 em comparação com a população em geral.

Estigma e discriminação

As emergências de saúde pública são frequentemente associadas ao estigma, que é definido como discriminação contra certas comunidades, grupos e indivíduos afetados (CDC, 2020c).

Na pandemia, o estigma e a discriminação foram direcionados:

- às pessoas infectadas com COVID-19,
- às pessoas de ascendência asiática;
- às pessoas que viajaram para ou chegaram de países afetados e,
- às equipes de emergência e profissionais de saúde (CDC, 2020c).

Estigma e discriminação

Fatores que contribuíram para comportamentos discriminatórios durante a pandemia da Covid-19

- De acordo com o Ministro do Interior para Combate ao Extremismo do Reino Unido, **os crimes de ódio contra pessoas asiáticas aumentaram 21% no Reino Unido** durante a crise do coronavírus (The Guardian, 2020a);
- Altos funcionários de governos, incluindo o presidente dos Estados Unidos e do Brasil, referiram-se ao novo coronavírus como o **“Vírus Chinês”**, despertando sentimentos antichineses e ascendendo as chamadas da xenofobia (New York Times, 2020a);
- Líderes anti-imigrantes na Europa, como o primeiro-ministro húngaro e o ministro do interior italiano, usaram a **pandemia como uma oportunidade para alimentar sentimentos xenófobos** (NBC News, 2020b).

Consequências: violência física e simbólica, racismo, preconceito, xenofobia e discriminação contra pessoas de ascendência asiática (Human Rights Watch).

Gênero e Desigualdades Sociais

A pandemia de COVID-19 explicitou desigualdades sociais, incluindo desigualdades baseadas no gênero. Os dados mostram:

- Mulheres e meninas foram desproporcionalmente prejudicadas pela pandemia devido ao seu **papel como cuidadoras** primárias e ao aumento de diversas formas de violência de gênero (Wenham & Morgan, 2020; Al-Ali, 2020);
- Mulheres e meninas têm **maior risco de exposição** ao COVID-19 devido às **suas funções de cuidado**, que em muitos países são ditadas por normas e expectativas sociais (Smith, 2019; Hall et al., 2020);
- As mulheres também **fazem três vezes mais trabalho não remunerado em casa** do que os homens (Hall et al., 2020);
- Durante os surtos de doenças, as mulheres agem como **“amortecedores”**, arcando com o fardo dos cuidados da casa e do ambiente dos serviços de saúde;
- As mulheres **representam 70% da força de trabalho global em saúde** e correm maior risco de contrair o vírus e de arcar com o peso do impacto social e econômico do lockdown que entrou em vigor (OMS, 2019; OMS, 2020a; Hall et al., 2020).
- **O aumento nos casos de violência doméstica e violência de gênero** é uma consequência da auto-quarentena ou políticas de quarentena obrigatória (Tang et al., 2020). Além disso, medidas de distanciamento social e lockdowns mantêm as vítimas de violência doméstica confinadas em casa com seus agressores. (Angharad, 2020; CNN, 2020; Euronews, 2020; Política Externa, 2020.)

Gênero e Desigualdades Sociais

Que ações podem ser tomadas com base nessas informações?

- Como profissionais de saúde de primeira linha no combate ao COVID-19, as mulheres podem estar **expostas à discriminação e violência em seu ambiente de trabalho** ou em casa e, portanto, atenção especial deve ser dada às suas necessidades de saúde psicossocial, sexual e reprodutiva (UNFPA, 2020);
- Os **gestores de saúde precisam ter planos para tratar a segurança** de suas trabalhadoras de saúde, como fornecimento de apoio psicossocial e apoio ao cuidado infantil (The George Institute for Global Health, 2020);
- Políticas públicas devem considerar a **importância do acesso a saúde sexual e reprodutiva da mulher**. O acesso de mulheres a serviços de saúde sexual e reprodutiva sofreu um grande impacto devido às restrições de mobilidade e aos desafios financeiros impostos pela pandemia COVID-19 (OMS, 2020e; Hall et al., 2020).

Necessidades especiais de populações vulneráveis

Alguns grupos sociais foram desproporcionalmente afetados pela pandemia de COVID-19 devido a vulnerabilidades médicas e sociais subjacentes.

Idosos e pessoas com doenças crônicas preexistentes - De acordo com a OMS, pessoas com mais de 60 anos de idade e pessoas com doenças cardiovasculares, diabetes, doenças respiratórias crônicas ou câncer têm maior risco de contrair o novo coronavírus (OMS, 2020c). De acordo com a OMS Europa, mais de 95% das pessoas que morreram de COVID-19 na Europa tinham mais de 60 anos (OMS Europa, 2020).

Profissionais de saúde na linha de frente - interação reduzida com suas famílias e amigos por medo de transmitir doenças e os problemas de adaptação enquanto gerenciam doenças que estão além do escopo regular de suas práticas (Albertsen & Thaysen, 2017; Goh & Chia, 2020). Além de cuidar de seu próprio bem-estar físico e mental, eles prestam cuidados a pacientes gravemente enfermos, (Greenberg, Docherty, Gnanapragasam & Wessely, 2020; Goh & Chia, 2020).

Necessidades especiais de populações vulneráveis

Alguns grupos sociais foram desproporcionalmente afetados pela pandemia de COVID-19 devido a vulnerabilidades médicas e sociais subjacentes.

Pessoas com deficiência - Pessoas que vivem com deficiência correm maior risco de doenças graves ou morte devido à COVID-19 e às consequências sociais e econômicas do *lockdown*. Para aqueles que estão em instituições, os riscos são ainda maiores devido à superlotação e condições anti-higiênicas (Mesa Vieira, Franco, Gómez Restrepo & Abel, 2020). Pessoas que vivem com deficiência enfrentam constantemente marginalização, discriminação e barreiras que impedem o seu acesso aos serviços de saúde.

Refugiados e migrantes - Com a pandemia maioria dos países fechou suas fronteiras, as pessoas que fogem de seus países devido à guerra e aos conflitos estão lutando para encontrar abrigo. A maioria dos refugiados e migrantes carece de moradia adequada e tem pouco acesso a serviços de saúde e apoio social. Os refugiados normalmente enfrentam barreiras administrativas, financeiras, legais e linguísticas para acessar o sistema de saúde (OMS, 2018; Liem, Wang, Wariyanti, Latkin & Hall, 2020; Nações Unidas, 2020a).

Necessidades especiais de populações vulneráveis

Consequências

- **A pandemia de COVID-19 desencadeou uma onda de preconceito etário e atitudes e ações de discriminação em relação aos idosos** (Human Rights Watch, 2020f; Sibai, 2020). Um jornal do Reino Unido falou sobre o impacto econômico do coronavírus e sugeriu que “o abate de idosos dependentes” ou a morte de idosos poderia ser realmente benéfico para a economia (The Telegraph, 2020a). Em uma entrevista, o ex-ministro da saúde da Ucrânia disse que as pessoas com mais de 65 anos “já são cadáveres” e que o governo deveria concentrar seus esforços no COVID-19 nas pessoas “que ainda estão vivas” (Kyiv Post, 2020);
- Alguns governos, como o da Bósnia, impôs severas **restrições à liberdade de movimento** de idosos, forçando-os a permanecer confinados em suas casas, enfrentar multas ou ainda outras penalidades (Balkan Insight, 2020);
- Profissionais de saúde da linha de frente que lidam com pacientes com COVID-19 podem sofrer **estigmatização, racismo, isolamento social e ostracismo** (The George Institute for Global Health, 2020).
- Os refugiados também são vítimas de xenofobia e discriminação, e muitas vezes são acusados de contribuir para a disseminação do coronavírus (Daniels, 2020; Kluge, Jakab, Bartovic, D’Anna & Severoni, 2020).

Desigualdades e políticas públicas nas interações cotidianas

Formas de organização e prestação do serviços públicos [**IMPLEMENTAÇÃO**] contribuem diretamente para experiências de:

- inclusão, dignidade e exercício de direitos; ou,
- **exclusão, discriminação, desatenção e eventualmente violência e humilhação.**
EFEITOS MATERIAIS E SIMBÓLICOS => acumulação de desvantagens por públicos vulnerabilizados reforça desigualdades sociais já existentes.

Riscos de reprodução de desigualdades pode ser elevados:

- Desigualdade estrutural;
- Estado de bem-estar social brasileiro tem várias incompletudes e fragilidades: não há recurso suficiente para a universalização dos serviços;
- Políticas universais não podem ser iguais para todo mundo, pois a diversidade da população brasileira é muito grande. Não é possível atender da mesma forma população urbana, rural, indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc.

Desigualdades e políticas públicas nas interações cotidianas

Não se trata de responsabilizar individualmente profissionais envolvidos(as) com a execução das políticas públicas. Trata-se de **reconhecer o desafio** e **desenvolver estratégias para mitigar eventuais riscos** de reprodução de desigualdades.

Para tanto, a Plataforma INCLUA busca traduzir o conhecimento acumulado e as evidências coletadas nas pesquisas do IPEA e de instituições parceiras em ferramentas úteis.

Compreender os riscos e mecanismos de reprodução de desigualdades é fundamental para aprimorar e fortalecer as ações governamentais voltadas para inclusão, promoção e proteção social.

O conteúdo da Plataforma INCLUA é preparado para subsidiar profissionais de qualquer nível de governo, envolvidas em qualquer etapa do ciclo de qualquer política pública – da formulação à sua avaliação –, mas se direciona especialmente aos(às) profissionais comprometidos(as) com a implementação.

DIAGNÓSTICO

inclua.ipea.gov.br

INCLUA

Início Diagnóstico Biblioteca Curadoria Interaja Sobre Contato

Diagnóstico

O diagnóstico visa identificar e avaliar riscos de desatenção, tratamento inadequado e exclusão de segmentos específicos do público atendido na oferta pública avaliada. Muitas vezes, esses riscos não são suficientemente bem conhecidos. A realização do diagnóstico contribui para visualização de possíveis falhas e problemas que podem estar prejudicando a inclusão, o acesso e o usufruto dos serviços por parte de segmentos tradicionalmente desfavorecidos.

Qualquer pessoa que atue com execução de políticas ou serviços públicos pode realizar o diagnóstico da oferta pública em que atua. O diagnóstico pode ser realizado a partir do Guia INCLUA (*download*) ou a partir desta plataforma (*online*):

Guias > **Diagnóstico online** >



Riscos de desigualdades em políticas públicas

Orientações para avaliação de reprodução de desigualdades na implementação de políticas.

Completo Parcial

- DIMENSÃO 1:** Relações interinstitucionais e instrumentos de gestão inclusiva
- DIMENSÃO 2:** Participação social e representação institucional
- DIMENSÃO 3:** Comunicação, acesso à informação e mobilização
- DIMENSÃO 4:** Interações e a experiência da usuária
- DIMENSÃO 5:** Monitoramento, avaliação e retroalimentação

DIAGNÓSTICO

inclua.ipea.gov.br

Qual oferta pública será objeto de avaliação? Isto é, que caso concreto de política pública, programa, projeto, ação ou serviço será submetido ao diagnóstico?

EXEMPLO: serviços digitalizados para solicitação e manutenção de benefícios previdenciários

Qual(is) segmento(s) do público serão tomados como foco de atenção? O diagnóstico deve ter como foco as formas específicas de relação entre a oferta pública identificada no item acima e os o(s) público(s) específico(s) a serem considerados.

EXEMPLO: pessoas idosas, de baixa renda, residentes em áreas urbanas periféricas e/ou municípios rurais e territórios isolados

Assinale as opções abaixo que se relacionam com a oferta pública e/ou o(s) grupo(s) específico(s) em relação aos quais irá conduzir o diagnóstico:

(OBS.: Os temas marcados nos ajudarão a apresentar sugestões pertinentes de recursos para a intervenção)

Selecione as categorias

- acessibilidade urbana acesso a justiça agricultura ajuda humanitária ambiente de trabalho assistência social ATER classe conduta dos agentes públicos dados
- deficiência desburocratização desigualdade direito direitos humanos educação equidade esporte etnia gênero inclusão financeira infância/adolescência
- juventude LGBTQI+ linguagem inclusiva linguagem simples longevidade meio ambiente mercado de trabalho ODS participação social Política políticas sociais
- população de rua e saúde populações tradicionais povos indígenas raça saneamento básico saúde segurança sustentabilidade transporte violência tecnologia

Exemplo de pergunta da Dimensão 2 – Participação social e representação institucional – do roteiro de autorreflexão

P2.1a Organizações governamentais ou não-governamentais (sociedade civil) associadas às agendas de segmentos específicos do público atendido têm papel formal ou meios de influência no processo de execução da oferta público sob foco. Como você avalia essa afirmação? Marque uma opção abaixo.

Sendo 1: Discordo totalmente e 5: Concordo totalmente



RESULTADO DO DIAGNÓSTICO

inclua.ipea.gov.br

DIAGNÓSTICO COMPLETO

Oferta pública sob foco

EXEMPLO: serviços digitalizados para solicitação e manutenção de benefícios previdenciários

Qual(is) grupo(s) ou população(ões) específica(s) irá focar?

EXEMPLO: pessoas idosas, de baixa renda, residentes em áreas urbanas periféricas e/ou municípios rurais e territórios isolados.



Interações e experiência do usuário e usuária

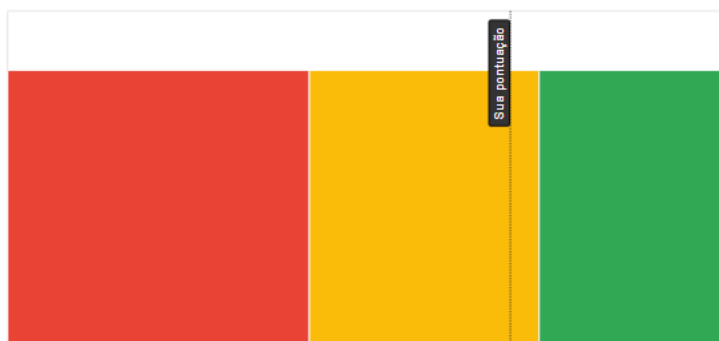
Risco baixo

DIMENSÃO 4

Veja abaixo os resultados por indicador:

Indicador 1 - EXIGÊNCIAS SOBRE OS USUÁRIOS

■ Risco alto ■ Risco moderado ■ Risco baixo



CONSEQUÊNCIA: Um elevado nível de exigências e imposição de custos (i.e. informação, tempo e dinheiro) podem levar à exclusão de cidadãos em situação de vulnerabilidade.

Moderado

Indicações de 20 recursos para intervenção >

A partir dos resultados do diagnóstico situacional, e levando-se em consideração a oferta pública e os grupos da população em foco, **recursos úteis para intervenção e incidência sobre os riscos identificados são disponibilizados.**

Os recursos compreendem **cartilhas, manuais, guias, relatos de experiências, vídeos, cursos, podcasts, ferramentas** etc., produzidos por organizações governamentais e não-governamentais comprometidas com a agenda pró-equidade, com o objetivo de oferecer inspiração, orientações e exemplos para o **desenvolvimento de intervenções** focadas nos riscos identificados.

BIBLIOTECA DE RECURSOS

inclua.ipea.gov.br

INCLUA

[Início](#) [Diagnóstico](#) [Biblioteca](#) [Curadoria](#) [Interaja](#) [Sobre](#) [Contato](#)

Biblioteca de recursos

Reunimos neste espaço uma ampla biblioteca de recursos produzidos por organizações governamentais e não-governamentais em torno da agenda pró-equidade. São materiais de intervenção – ideias, casos, cursos, vídeos, ferramentas, publicações, guias, relatos de experiências etc. – que têm como principal objetivo apoiar e estimular a criatividade, a reflexão e a inovação na adoção de medidas que permitam, em cada contexto específico, os avanços necessários para a efetivação da inclusão de todas as pessoas que devem se beneficiar das ofertas de bens e serviços públicos.

Os recursos podem ser acessados gratuitamente, a partir de uma busca simples no campo abaixo por categoria, tipo de documento ou palavra-chave.

A biblioteca é constantemente atualizada e, caso você conheça outros recursos úteis que possam complementá-la, **clique aqui** para compartilhar.



[Categoria](#) [Tipo](#) [Palavra-chave](#)

Busque por categoria



Linguagem simples aproxima o governo das pessoas. Como usar?

Esfera: Brasil

Idioma: PT-BR

Tipo: Cur [Sem título]

Formato: Site

Autoria: (011).lab/ENAP

ACESSAR >

DETALHAR >

Linguagem simples aproxima o governo das pessoas. Como usar?

O Laboratório de Inovação em Governo da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia de São Paulo organizou um curso de 20 horas, certificado pela ENAP – Escola Nacional de Administração Pública, para agentes públicos interessados em produzir textos mais fáceis de serem lidos e compreendidos. O curso é gratuito e aberto para qualquer um que esteja interessado em facilitar a comunicação por meio da linguagem simples. O curso está dividido em 3 módulos que levará o cursista a desenvolver técnicas de escrita simplificada e mais acessíveis para todos e todas.

CURADORIA

inclua.ipea.gov.br

INCLUA

[Início](#)[Diagnóstico](#)[Biblioteca](#)[Curadoria](#)[Interaja](#)[Sobre](#)[Contato](#)

Curadoria

Aqui, convidados e convidadas da Plataforma INCLUA recomendam e comentam recursos pró-equidade relacionados a públicos, territórios e políticas públicas específicas.



Orçamento público na perspectiva de raça e gênero



Roseli Faria

Vice-presidente da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento (ASSECOR) e membra da coordenação executiva da Coalizão Direitos Valem Mais (DVM). Atualmente, está em exercício no Ministério da Cidadania. Desde 2015, trabalha com a consolidação das políticas afirmativas no serviço público, tendo participado da elaboração da Portaria Normativa nº 04, de 6 de abril de 2018, que regulamentou o procedimento de heteroidentificação, e da organização de oficinas, cursos e eventos de promoção da igualdade racial e da diversidade. Em sua gestão na ASSECOR, apoiou o lançamento do livro “Gênero e Raça no Orçamento Público”.

Mais informações

Como funciona a Plataforma INCLUA

https://youtu.be/Z7Th-r5_L54

Recursos da biblioteca INCLUA

- [Eu não sou a sua inspiração –](#)

https://www.ted.com/talks/stella_young_i_m_not_your_inspiration_thank_you_very_much?language=pt

- [O Jogo do Privilégio Branco – https://youtu.be/MuOE3IJZoZU](https://youtu.be/MuOE3IJZoZU)

- [Guia de Acessibilidade na Comunicação –](#)

https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/53474/GAC_%20guia_CORDEL%20-2022_04_11_DV.pdf;jsessionid=39F56249C5038C288BC0ABF671F1147C?sequence=4

- [Linha do Tempo do Racismo Algorítmico](#)

<https://tarciziosilva.com.br/blog/destaques/posts/racismo-algoritmico-linha-do-tempo/>